

**MEMÓRIA
DE REUNIÃO**REUNIÃO COM A COLÔNIA DE PESCADORES Z21 E
LIDERANÇAS DAS ASSOCIAÇÕES DE PESCADORES DO
ENTORNO DO RESERVATÓRIO.**MEM03 COLÔNIA DE PESCADORES DE SÃO FIDÉLIS E ASSOCIAÇÕES DA ADAE DO
RESERVATÓRIO**

Data: 22/03/2012	Início: 14:00 h	Término: 17:00 h
Local: Sede do Consórcio UHE Itaocara em Itaocara/RJ		
Objetivo: Dar continuidade ao processo de negociação com as lideranças dos pescadores para elaboração do termo de acordo coletivo para a categoria de pescadores artesanais atingidos pela UHE Itaocara.		

Participantes	Entidade	Competência Técnica
Antônio Teixeira Pinto	Ass. Pesc. Pedra Furada	Presidente
Isael Teixeira Pinto	Ass. Pesc. Pedra Furada	Associado
Josias Sabino Pinto de Faria	Ass. Pesc. Artesanais do Rio Paraíba do Sul (atualmente inativa).	Ex-presidente
Winer Pereira Monteiro (Nino)	Ass. Pesc. Artesanais do Rio Paraíba do Sul (atualmente inativa).	Associado
José Francisco Melo (Neném)	APPROSAP	Presidente
Sirley de Souza Ornelas	Colônia Z-21	Presidente
Jose Ferreira Silva (Ratinho)	Colônia Z-21	Associado em Cambuci
Francisco Carlos Paiva Martins (Carlinho Porquinho)	Colônia Z-21	Associado
Daniel Fortes Fonseca	Colônia Z-21	Associado em Itaperuçu
Rivani dos Santos Rufino	Ass. São Sebastião do Paraíba	Associado
Ernani Bastos	Ass. São Sebastião do Paraíba	Presidente
Neuzita Mendes Ferreira	Consultoria e Assessoria em Assistência Social e Perícia Socioambiental	Assistente Social representante da Z-21
Pompilio Guimarães	Consultoria e Assessoria em Assistência Social e Perícia Socioambiental	Advogado representante da Z-21
Alan Ducasble	Ministério da Pesca e	Superintendente interino



MEMÓRIA DE REUNIÃO

REUNIÃO COM A COLÔNIA DE PESCADORES Z21 E
LIDERANÇAS DAS ASSOCIAÇÕES DE PESCADORES DO
ENTORNO DO RESERVATÓRIO.

	Aquicultura (SFPA-RJ)	
Maria Paula Almeida	Ministério da Pesca e Aquicultura (SFPA-RJ)	Engenheira de Pesca
Redelvim Dumont	Consórcio UHE Itaocara	Coordenador Ambiental
Karen Esteves	Consórcio UHE Itaocara	Analista Ambiental
Jackelline Faria	Consórcio UHE Itaocara	Assistente Social
Mayra Fuly Pinto	Consórcio UHE Itaocara	Assistente Social

SÍNTESE

Esta reunião teve como objetivo dar continuidade ao processo de negociação com as lideranças dos pescadores para elaboração do termo de acordo coletivo para a categoria de pescadores artesanais atingidos pela UHE Itaocara.

Temas relevantes abordados:

Apresentação de todos os participantes e distribuição de crachás de identificação

Conforme acertado entre as partes, compareceram à reunião somente as lideranças da Z-21 que representaram as diversas associações existentes ao longo do rio Paraíba do Sul no trecho da Área de Influência Direta da UHE Itaocara. Desta forma, o grupo foi reduzido de 36 (número de lideranças que compareciam às reuniões anteriores) para cerca de quatorze participantes, o que facilitará o processo das reuniões para a negociação. O Sirley reiterou que somente estarão sob sua liderança aqueles pescadores filiados à Z-21, ou seja, os pescadores artesanais que possuem carteira de pescador junto à Z-21.

Estavam presentes na reunião o Sr. Pompilio e a Sra. Neuzita – advogado e assistente social que representam a Colônia Z-21.

Fizeram-se presentes também dois representantes do Ministério da Pesca - MPA, o Sr. Alan Ducasble e a Sra. Maria Paula Almeida.

Leitura da pauta e proposta para condução dos trabalhos;

Inicialmente o Sr. Redelvim fez uma breve apresentação da proposta da pauta da reunião a ser seguida, que abordaria os seguintes itens:

Histórico das reuniões anteriores;

Foi feito um breve relato das diversas reuniões realizadas anteriormente com os representantes dos pescadores e das reuniões com o representante da colônia Z-21, salientando as dificuldades encontradas na ocasião das reuniões devido ao grande número de participantes e à troca/alternância constante dos mesmos. Nesta oportunidade relataram-se os principais interesses dos pescadores que foram registrados nos encontros e a necessidade de se trabalhar com um grupo constante.

Proposição da metodologia para condução dos trabalhos para elaboração do termo de acordo;

Cronograma: os trabalhos para a elaboração do termo de acordo serão realizados no período compreendido entre os meses de abril e outubro de 2012;

Desenvolvimento dos trabalhos: os trabalhos serão desenvolvidos em formato de oficinas, que terá como produto final o termo de acordo. Neste sentido, ações tais como levantamento de interesses, análise dos interesses à luz dos impactos causados pelo empreendimento e (critérios) proposição de medidas que reduzam os impactos causados pelo empreendimento são imprescindíveis. Nesta oportunidade foi feita uma correlação de alguns interesses dos pescadores com determinados impactos causados pelo empreendimento, de maneira que ficasse evidenciada a necessidade do aprofundamento do conhecimento sobre os temas para que possamos adotar a medida mitigadora adequada: ex.: público alvo do projeto – realização de um “Levantamento” para saber quem pesca no trecho da AID.

Neste momento, houve duas interferências importantes: a primeira do Sr. Pompilio, dizendo que todos ali já sabiam dos impactos causados pelo empreendimento e que a perda seria total e irreversível, que não adiantava ficar mostrando os impactos como se não fossem causar danos graves. Disse ainda que sua equipe foi a vários empreendimentos e ouviu relatos terríveis sobre os danos e que a população de pescadores encontrava-se sempre à mingua após a construção dos barramentos. Desta forma deveríamos partir para uma negociação mais direta e rápida, com menor número de participantes, visto que ele representa 380 atingidos e acha o tempo proposto para os trabalhos é muito longo e que deveria ser rápido, em poucas reuniões, com público reduzido.

A Sra. Neuzita pediu a palavra para demonstrar sua preocupação com a preservação dos direitos humanos e a necessidade de se adotar medidas efetivas de proteção para os pescadores e suas famílias, pois em todos os locais onde houve barramentos, a categoria de pescadores foi a que mais sofreu com os impactos.

Houve diversas manifestações por parte dos líderes dos pescadores, dizendo que o que eles querem é dinheiro e que seja rápido, entretanto, se as medidas para a colônia forem adotadas serão bem vindas, mas são de interesse secundário, reforçando assim a posição do Sr. Pompilio.

Informamos que sem aprofundar o conhecimento sobre as possíveis perdas e interesses divergentes, não haverá como realizar as ações supracitadas e que a nossa política será a de fortalecer a colônia e a manutenção da atividade produtiva, favorecendo assim o público de pescadores como um todo e que as medidas para os pescadores no trecho do barramento serão diferenciadas. Caso sejam identificadas perdas individuais e comprovadas, as mesmas deverão ser pagas, mas não necessariamente em forma pecuniária para o indivíduo.

Por diversas vezes o Sr. Josias, pescador convidado pelo Consórcio, interferiu no andamento da reunião falando do tempo perdido, dos prejuízos causados ao longo dos anos devido às indefinições, da questão dos proprietários rurais de Porto Marinho que estão ficando sem negociar, etc..

A segunda interferência relevante foi feita por parte do Sr. Sirley, que discordou de maneira veemente da elaboração de um “Cadastro”, visto que não é função do Consórcio e sim do Ministério da Pesca - MPA. Desta forma, entende que os pescadores atingidos são todos os registrados na Z-21 cujo cadastro e carteiras são feitas pelo MPA. Reafirmou também que haverá perdas significativas e irreversíveis, que não adianta ficar discutindo o que todos já sabem.

O Sr. Redelvim questionou o posicionamento do Sr. Pompilio quanto à sua representatividade e que o seu discurso estava sendo desarticulador e contraditório, quando propunha a redução dos participantes/líderes na mesa de negociação e simplificação da questão a quesitos meramente pecuniários. Quanto à questão posta pelo Sr. Sirley afirmou que o “cadastro” ou “registro” dos pescadores ou levantamento do número de pescadores atingidos, não importa o qual o nome, é um instrumento de trabalho do Consórcio e que será feito por meio de entrevistas com pescadores e lideranças a partir do cadastro do MPA.

Diante das discussões acaloradas, o Sr. Alan Ducasble interferiu oferecendo a mediação do MPA para o processo, visto que estava visível a existência de um conflito que pode se agravar. Mostrou a importância de o grupo permanecer unido e reafirmou a prerrogativa do MPA como entidade representativa quanto à elaboração e ratificação do cadastro de pescadores que atuam na Área de Influência Direta - AID. Para que o MPA entre formalmente no processo é necessário que o Consórcio encaminhe uma solicitação formal, acompanhada das atas e memórias de reuniões já acontecidas.

A Sra. Maria Paula Almeida, engenheira de pesca do Ministério da Pesca, afirmou que o Consórcio está no caminho certo negociando de forma coletiva/participativa e que além de quaisquer compensações financeiras os representantes deveriam refletir sobre propostas sustentáveis da manutenção da atividade pesqueira e da renda. Reiterou a necessidade de participação de diversos atores que poderiam contribuir com o processo que estamos discutindo.

Neste momento o Sr. Redelvim reafirmou a necessidade da condução do processo de forma participativa e que qualquer decisão deverá ser baseada em critérios legítimos devidamente justificados, sobre a qual deverá ser estabelecida uma visão compartilhada de diversos atores tais como IBAMA, Comitê de Bacia do PS, EMATER, SEBRAE, Ministério Público - MP, etc..

Desta forma foi consenso de que é necessária a participação de outros atores sociais que auxiliem na busca de soluções, entretanto o Sr. Pompilio e a Sra. Neuzita disseram não concordar com a participação do MP.

O Sr. Redelvim Dumont esclareceu que a efetivação/execução das negociações acordadas só será iniciada após a obtenção da Licença de Instalação - LI.

Quando questionado sobre a construção da barragem e início das obras, o Sr. Redelvim informou isto se dará em função da obtenção da LI, que provavelmente ocorrerá no 2º semestre de 2012. Na oportunidade, foi informado a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL solicitou a devolução do processo da UHE Itaocara II para a realização de mais estudos, portanto o licenciamento e a construção deste empreendimento estão temporariamente adiados e sem previsão para retomada.

A partir da fala do representante do MPA referente à necessidade da participação de outros atores tais como IBAMA, FIPERJ, MPA, MP, EMATER e SEBRAE que poderão contribuir para a consolidação do processo de negociação, foi consenso entre as partes que estas entidades poderão ser convidadas no decorrer do processo.

O MPA se propôs a participar de todas as reuniões com a função mediadora e ficou encarregado de convidar o IBAMA para fazer o mesmo.

Durante a reunião foi distribuído o boletim informativo do Consórcio mais recente que contém a publicação da LP.

ENCAMINHAMENTOS

Descrição da ação	Responsável	Quando
➤ Enviar ao MPA as memórias das reuniões realizadas com os pescadores	Redelvim	
➤ MPA convidar o IBAMA para participar das próximas reuniões	Alan Ducasble	
➤ MPA irá fornecer a lista dos pescadores registrados na	Alan Ducasble	



MEMÓRIA DE REUNIÃO

REUNIÃO COM A COLÔNIA DE PESCADORES Z21 E
LIDERANÇAS DAS ASSOCIAÇÕES DE PESCADORES DO
ENTORNO DO RESERVATÓRIO.

AID		
➤ Marcar a próxima reunião	Redelvim	